

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de **Equipamentos e Mobiliários para Creche Lagoa do Junco**, para atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO DO CONVÊNIO
1	QUADRO MURAL - DE FELTRO 0,90 X 1,20M-QM (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	9	R\$ 95,00
2	CADEIRA COM BRAÇO - RODINHAS E ALTURA REGULÁVEL – C6 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	4	R\$ 179,00
3	BALANÇO - COM 04 LUGARES – BA (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$ 1.100,00
4	PLACAS EM TATAME - DE EVA DE ENCAIXE (100X100X20 MM) – TA1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	28	R\$ 54,00
5	QUADRO DE AVISOS - CORTIÇA 100X150 CM – QC (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$ 142,51
6	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO - PARA BEBÊ, EM FERRO – C1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	6	R\$ 126,78
7	BANHEIRA PARA BEBÊ - DE PLÁSTICO PVC OU FIBRA DE VIDRO – BN1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	4	R\$ 28,23

8	ROUPEIRO DE AÇO – 03 CORPOS E 12 PORTAS – AM2 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	4	R\$	515,20
9	CADEIRA – CRIANÇAS 4 E 6 ANOS – C3 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	12	R\$	35,60
10	GANGORRA DE POLIETILENO – 3 LUGARES – GA (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	400,00
11	POLTRONA ACOLCHOADA PARA AMAMENTAR – PO (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	290,84
12	CARROS COLETORES DE LIXO – CAP 120L – CL (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	172,34
13	GIRA GIRA – CARROSSEL – CR (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	1.100,00
14	CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA - CAP. 50L – LX1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	487,67
15	ESCORREGADOR EM POLIETILENO – ES (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	1.000,00
16	ARMÁRIO SUSPENSO DE AÇO – PRIMEIROS SOCORROS – AM3	UND	1	R\$	454,72
17	LIXEIRA 50L - COM PEDAL E TAMPA LX2 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	5	R\$	84,85
18	ROUPEIRO DE AÇO – 04 CORPOS E 16 PORTAS – AM1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	4	R\$	526,33
19	CASINHA DE BONECA – CS (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	2.000,00
20	APARELHO DE SOM MICROSYSTEM – MS (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	8	R\$	348,60

21	BALANÇA DE PRATO – CAPACIDADE 15 KG – BL (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	610,30
22	BATEDEIRA – CINCO VELOCIDADES – BT (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	162,63
23	BEBEDOURO ELÉTRICO – CONJUGADO POT. 125-145 – BB1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	1.139,00
24	BEBEDOURO ELÉTRICO INDIVIDUAL – POT. 125- BB2 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	920,60
25	CAFETEIRA ELÉTRICA – CF (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	103,23
26	CENTRIFUGA DE FRUTAS – 800W – CT (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	274,70
27	DVD PLAYER – DVD (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	215,33
28	ESPRESSO DE FRUTAS SEMI-INDUSTRIAL – EP (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	190,37
29	ESTERILIZADOR – 6 MAMADEIRAS MICROONDAS – ES (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	3	R\$	96,60
30	FERRO ELÉTRICO A SECO – FR (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	50,97
31	FOGÃO 04 BOCAS – DE USO DOMÉSTICO – FG2 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	305,67
32	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS – FG1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	1.482,33
33	FREEZER 420L HORIZONTAL – FZ (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	1.649,00
34	GELADEIRA – DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE 410 L – RF1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	2.132,00
35	GELADEIRA FROSTFREE – CAPACIDADE 250 L – RF2	UND	1	R\$	1.399,00

	(MODELO PROINFÂNCIA)				
36	LIQUIDIFICADOR - COM 02 VELOCIDADES – LQ2 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	3	R\$	82,57
37	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL – 8L – LQ1 (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	668,67
38	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA - CAPACIDADE DE 8 KG – MQ (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	932,00
39	MICROONDAS 27 L – MI (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	329,40
40	MULTIPROCESSADOR - 1 VELOCIDADE – MT (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	382,33
41	PURIFICADOR DE ÁGUA - REFRIGERADO – PR (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	3	R\$	429,00
42	TV DE LCD DE 32" – TV (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	2	R\$	1.530,75
43	VENTILADOR DE TETO – VT (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	9	R\$	220,00
44	MÁQUINA SECADORA – 10 KG – SC (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	1.322,33
45	COIFA INDUSTRIAL DE EXAUSTÃO – CO (MODELO PROINFÂNCIA)	UND	1	R\$	1.910,50

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas por esta Administração – **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia.**

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05(cinco) dias**, contados a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário das **08** horas às **13** horas.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado através do valor informado pelo convênio (Termo de Compromisso PAR nº 8463/2012).

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até **30** (trinta) dias do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta,

acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pela Servidora: **SALETE DE FRANÇA MACHADO, Professora Tipo A**, CPF: **033.784.914-50**, designada gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.